

# melhores casas de apostas para iniciantes

O Governo Federal publicou no Diário Oficial da União desta terça-feira (25/7) a Medida Provisória (MP) nº 1.182/2023 para regulamentar o mercado de apostas de quota fixa, conhecidas como "mercado de bets".

Além disso, será enviado ao Congresso Nacional, ainda nesta semana, um Projeto de Lei, que trata da estrutura e dos processos administrativos para fiscalização desse mercado de apostas esportivas.

Os textos visam a estabelecer regras claras para o mercado de apostas por quota fixa, criado pela Lei nº 13.756/2018, suprimindo uma lacuna de regulamentação observada desde a criação do mercado.

Os ministros da Fazenda e do Esporte são coautores das propostas dos textos da MP e do PL.

A meta é garantir mais confiança e segurança aos apostadores, através da transparência das regras e da fiscalização.

A MP e a Medida Provisória conferem aos Ministros da Fazenda e do Esporte, em conjunto, novas ferramentas para coibir a manipulação de apostas, especialmente as focadas em eventos de temática esportiva.

A arrecadação com apostas vai para o orçamento com previsão baixa.

Estimamos algo na casa de R\$ 2 bilhões por ano, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Em um mercado totalmente regulado, sedimentado e em pleno faturamento, o potencial de arrecadação anual gira entre R\$ 6 bilhões e R\$ 12 bilhões.

Essa estimativa considera dados sobre crescimento desse segmento no mundo e no Brasil.

Esta é mais uma iniciativa fundamental do governo brasileiro, que ao regulamentar as apostas esportivas, coibirá a manipulação de resultados e, sobretudo, preservar a integridade esportiva, no seu sentido mais amplo, enaltecendo os valores do esporte como uma referência para toda sociedade.

Este é o enfoque do Ministério do Esporte com esta MP, e em trabalho conjunto com todos os interlocutores envolvidos neste assunto, apontou a ministra do Esporte, Ana Moser.

Fazenda e Esporte também buscaram os sistemas mais eficientes e modernos para a regulamentação e fiscalização do setor, em linha com as melhores práticas internacionais.

No Ministério da Fazenda será criada uma secretaria responsa